


João Crisóstomo

1891



O conflito anglo-português de 1890 foi a causa única da revolta do Porto
(João Chagas e Manuel Maria Coelho)

Os partidos estão em liquidação completa. Não compreendem o que há de verdadeiro na profunda frase de José Estêvão: - "Neste País, ou se governa com o Paço ou com a Praça". Julgaram mortas, e bem mortas, as antigas tradições adormecidas apenas. São sociedades a liquidar, esses partidos. Cada hora que passa apressa-lhe a dissolução. Precisa-se duma situação clara e definida. A chamada dum governo extra-partidário aos conselhos da Coroa? Um desastre. Do que havia a tratar, é da organização de um governo contra-partidário
(Dias Ferreira numa entrevista a *O Primeiro de Janeiro*)

Do 31 de Janeiro à *Rerum Novarum*

● **Um povo de suicidas** – Portugal transforma-se, como vai dizer Miguel de Unamuno (1864-1936), num *povo de suicidas*, quando, depois de Camilo no anterior, em Ponta Delgada, junto ao convento da Esperança, Antero de Quental se suicida (11 de Setembro). Pouco antes, o mesmo Antero, em 18 de Julho, numa carta escrita a Alberto Sampaio assinala que *por aqui, a ideia de que a Inglaterra, como indemnização, pode lançar mão destas ilhas, sorri a muita gente. Confesso-te, apesar de tudo, preferia muito que ficássemos unidos a Portugal, para depois entrarmos, como Estado Federaç, na União Peninsular. Sabes quão pouco me sinto português; mas ainda me sinto menos inglês ou americano.* Já Tomás Ribeiro lança a *História da Legislação Liberal Portuguesa*, 1891-1892 e António Viana começa a editar *José da Silva Carvalho e o seu Tempo*, com um segundo volume em 1894. Entretanto, em 28 de Fevereiro surge o primeiro diploma que permite o reconhecimento de associações de classe, admitindo-se a restauração do corporativismo, mas abrindo as portas a associações sindicais, patronais, católicas e socialistas.

● **Crise financeira** – Num ano de grande crise financeira, com várias falências, e com o decreto de 9 de Julho a acabar com o chamado padrão-ouro, conclui-se a linha de caminho-de-ferro do Oeste, surgem os primeiros carros eléctricos em Lisboa e os britânicos assinam um tratado com Gungunhana, o régulo dos Vátuas Mundagaz, filho de Musila, na mesma altura em que, connosco, em 20 de Junho, subscrevem outro tratado, cuja execução vai caber a António Enes, nomeado comissário régio para Moçambique, onde permanece, numa primeira fase, até 1894. Entretanto, em Fevereiro, consegue negociar-se com um sindicato bancário internacional, graças a Henrique Burnay e à Casa Fonseca, Santos e Viana, um grande empréstimo de 36 000 contos, em troca do monopólio do tabaco, restaurado em 1888, depois de ser extinto em 1864. Morre Latino Coelho e matricula-se a primeira mulher na universidade, Domitília de Carvalho, em matemática. Como assinala Oliveira Martins em 29 de Janeiro, *baixa o câmbio? Aparece cá o mal-estar, porque o mais líquido dos rendimentos portugueses é o dinheiro que vem constantemente em troca da nossa exportação anual de gente.*

●**Congresso do Partido Republicano** aprova um novo programa elaborado por Bernardino Pinheiro, Francisco Homem Christo, José Jacinto Nunes, Manuel de Arriaga, Azevedo e Silva e Teófilo Braga, onde se conciliam as anteriores teses unitaristas com as federalistas, optando-se pela via nacionalista e inter-classista, para utilizarmos as palavras de Fernando Catroga (5 a 7 de Janeiro).



●**Revolta republicana** no Porto (31 de Janeiro). Conforme salienta Lopes d'Oliveira, desde o 31 de Janeiro todo o programa republicano é *Revolução*. O chefe civil do movimento é Alves da Veiga e o conspirador principal, Santos Cardoso, redactor de *A Justiça Portuguesa*. João Pinheiro Chagas (1863-1925), que esteve na origem do movimento, não consegue participar por ser preso previamente. Entre os oficiais revoltosos, o tenente Manuel Maria Coelho e o alferes Rodolfo Malheiro. É hasteada uma bandeira vermelha com dísticos verdes, símbolo do Centro Democrático Federal. O lema invocado é o de *Ordem e Trabalho*. No entanto, muitos consideram a movimentação como mera *sargentada* que até teria sido mal organizada. Outro dos implicados é Sampaio Bruno, então colaborador de *A Voz Pública*, cabendo-lhe a redacção dos manifestos da revolta. No primeiro, que acabou por não ser emitido, considera que a mesma *não se trata de uma simples, de uma transitória revolta. Foi uma revolução de se fez*. Já no exílio parisiense, Bruno elabora o *Manifesto dos Emigrados*, onde reconhece que os soldados *não sabiam o que era a República*, mas sabiam que *não podia deixar de ser uma coisa santa*.

●**Revolução, coisa enorme e nada** – *Durante todo o dia que durou a revolução de 31 de Janeiro, um caldeireiro trabalhou na sua oficina fazendo sem cessar a pancada do seu martelo e, sem por um momento só, levantar os olhos para o céu, para o ar, para a vida: as revoluções que não conseguem fazer parar um martelo que bate numa caldeira de cobre, não conseguem fazer parar forças sociais de muito mais imperiosa função, porque revolução é uma coisa enorme e afinal não é nada* (João Chagas).

●**Temos a consistência das alforrecas** – *Esta crise com efeito veio provar que Portugal pede um tirano; mas a nossa desgraçada pátria nem tiranos tem. Tudo é papas. Temos a consistência das alforrecas... O ministério que, parece, vingará, é uma espécie de tambor que todos vão malhar à vontade e que será esmagado miseravelmente* (Oliveira Martins, em 9 de Fevereiro).

●**Governo renovado** – A partir de 25 de Maio de 1891, há uma remodelação completa, surgindo uma nova equipa. Tal ocorre depois de uma corrida ao levantamento dos depósitos bancários. Perante a crise, o rei consulta por escrito José Luciano e António Serpa e estes, depois de várias diligências levadas a cabo pelo rei, acabam por aceitar a continuidade de Crisóstomo, dado que as circunstâncias apontam para a chamada de Dias Ferreira. Em primeiro lugar, falha a tentativa de um gabinete organizado pelo conde de São Januário, indicado ao rei por João Crisóstomo, dado que não ter sido possível mobilizar Mariano de Carvalho, o jornalista ligado à ala radical dos progressistas e grande amigo do prior da Lapa, que havia regressado de Moçambique em 1890 e dizia ter *planos financeiros para salvar o Estado*. É depois convidado António Serpa, que também fracassa. Acaba por ter de optar-se por uma recomposição levada a cabo por Crisóstomo e assente numa efectiva aliança do regenerador Lopo Vaz e do progressista Mariano de Carvalho, que pretendem, através deste acto, o afastamento dos respectivos líderes, António Serpa e José Luciano, respectivamente, pelo que o gabinete deixa, efectivamente, de ser extra-partidário.

●Lopo Vaz de Sampaio e Melo no reino e passa a exercer a pasta de ministro da

instrução pública, então restaurada; Alberto António de Morais de Carvalho na justiça; Mariano de Carvalho na fazenda; Júlio de Vilhena na marinha; Conde de Valbom nos estrangeiros; João Franco nas obras públicas.

● **A recepção parlamentar** – Expectativa benévola dos progressistas e meros reparos dos regeneradores. Arriaga, pelos republicanos, diz não confiar no gabinete e proclama a *fraqueza do regime*. Ataque violento de Eduardo Abreu (30 de Maio). O ministro João Franco chega a nomear Bernardino Machado director do Instituto Comercial e Industrial de Lisboa, pedindo-lhe até a elaboração de um plano de reforma. Nas eleições municipais de Lisboa 15 de Novembro ainda vencem os monárquicos.

● **31 de Janeiro no parlamento** – Aires de Gouveia na Câmara dos Pares critica aquilo que qualifica como uma perseguição aos republicanos, considerando-os como *pequena minoria*. Replicam Lopo Vaz, que o acusa de ser Comissário da Bula da Cruzada, e António Cândido (23 de Junho). D. Luís da Câmara Leme, na Câmara dos Pares, denuncia a interferência dos militares na política, a propósito das actividades da Liga Liberal. Mariano de Carvalho defende a Liga e o governo (16 de Dezembro). Na altura, Augusto Fuschini chega a encontrar-se com o republicano José Falcão no Buçaco, tendo

em vista a organização de *um plano de resistência às classes conservadoras*.

● **Operários**. No ano em que se realiza um chamado Congresso das Associações de Classe, surgem vários diplomas sobre a questão social: contrato de trabalho e horário de trabalho (23 de Março), trabalho das mulheres e dos menores (14 de Abril), e autorização das associações operárias (9 de Maio)

● **Católicos** – Realiza-se em Braga o II Congresso Católico, com discurso patriótico de Alves Mateus (Maio). Manuel de Arriaga, na Câmara dos Deputados critica o Congresso Católico de Braga. Estamos no ano de criação da fórmula da doutrina social da Igreja Católica, com a emissão da encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII (15 de Maio).

● **O perigo da anarquia e da revolução** – *A negação do domínio de Deus sobre o homem e sobre o Estado arrasta consigo como consequência inevitável a ausência de toda a religião no Estado, e conseqüentemente o abandono mais absoluto em tudo o que se refere à vida religiosa. Arma a multidão com a ideia da sua própria soberania, facilmente degenera na anarquia e na revolução; e suprimindo os freios do dever e da consciência não fica senão a força; a força que é radicalmente incapaz de dominar por si só as paixões das multidões* (Leão XIII).

☞ Bonifácio, Maria de Fátima (2002): 115; Chagas, Pinheiro/ Gomes, Marques (XII): 263; Martins, Francisco da Rocha (1929): 409 ss; Oliveira, Lopes d': 90, 91, 92, 99, 100, 103, 104, 106, 111, 120, 121, 126; Paixão, Braga (II, 1968): 117; Peres, Damião/ Guedes, Marques (VII): 425, 426; Ramos, Rui: 183; Serrão, Joaquim Veríssimo X: 33, 36, 37, 38, 42, 43; Serrão, Joel (1958): 50, 51; Teles, Basílio (*Do Ultimatum...*): 194, 235 ss.

● **A doutrina social da Igreja** – O pensamento social-cristão é aquele modelo vulgarizador estabelecido por Leão XIII, a partir da encíclica *Rerum Novarum*, de 15 de Maio de 1891, mas sucessivamente reanimado, pela *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, de 15 de Maio de 1931, pela *Mater et Magistra*, de João XXIII, de 15 de Maio de 1961, bem como pela *Centesimus Annus*, de 15 de Maio de 1991. Significa, acima de tudo, o apelo da Igreja Católica no sentido dos crentes aceitarem as regras do jogo demo-liberal, isto é, para subverterem, a partir de dentro, um modelo que até nascera como adversário da aliança do trono e do altar. A doutrina social da Igreja, ao rejeitar o *primado da política* dos contra-revolucionários, vem, com efeito, tentar semear o chamado *primado do espiritual*, procurando desvalorizar a democracia como *religião secular*, ao considerá-la como um simples quadro de regras processuais que os católicos deveriam aceitar sem qualquer reserva mental. Revoga-se, assim, a contestação frontal ao sistema que, em 1864, o *Syllabus* ainda condena expressa e solenemente, ao salientar que uma das falsidades do século é o facto de proclamar-se que *o pontífice romano pode e deve reconciliar-se com, o progresso, o liberalismo e a civilização moderna*. Isto é, a partir da encíclica leonina, trata de estabelecer-se o colaboracionismo entre o humanismo laico das Luzes

e o humanismo cristão pré-revolucionário. Contudo, se passam a aceitar-se as regras do jogo demo-liberal, nem por isso deixa de assumir-se uma ruptura, a nível do subsolo filosófico, com as raízes racionalistas e iluministas do demo-liberalismo, a tal ideologia que teria afastado o homem da harmonia cósmica com a natureza, o homem concreto do homem completo, a existência da essência, e o situado do transcendente. Com efeito, a doutrina social-cristã não quer apenas apagar os efeitos da Revolução Francesa, com o conseqüente regresso do que estava antes, dado que, na maior parte dos casos, a ordem que a precedera é tão adversária do catolicismo quanto o seu irmão inimigo demo-liberal. A versão leonina da doutrina social-cristã também não advoga o regresso à ideologia da Santa Aliança, na sua sanha contra os governos representativos, bem expressa por certos clérigos portugueses ao estilo da *Besta Esfolada* de José Agostinho Macedo, em aliança com o caceteirismo, que feriram de morte o nosso legitimismo miguelista. Nem sequer pretende retomar a dialéctica de *ultramontanos* contra *galicistas*, de *guelfos* contra *gibelinos* ou dos militantes do *Zentrum* contra a *Kulturkampf* bismarckiana. Pelo contrário, configurando-se como uma autêntica concepção do mundo e da vida, onde a teologia apenas dá alento a um subsolo filosófico, capaz de fecundar vários programas políticos. Vai até buscar substancial alento às doutrinas do consensualismo e do direito natural relativista dos autores da Contra-Reforma, através de um *primado do espiritual*, que não se contenta apenas em alterar as estruturas do aparelho de poder. É, conforme as palavras de João Paulo II, *uma nova concepção da sociedade e do Estado e, conseqüentemente, da autoridade*, distante do *racionalismo iluminístico, que concebe a realidade humana e social do homem de maneira mecanicista*. E embora aceite as regras do jogo do demo-liberalismo, contesta abertamente os *temps modernes*, porque *uma democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo, aberto ou dissimulado*.

